A COLONIZAÇÃO OFICIAL: O CASO DA COLONE

*Ivan Targino**

RESUMO: O trabalho apresenta uma síntese histórica da colonização do Nordeste, programada pelo Governo e posta em prática a partir de 1962, com o *Projeto de Povoamento do Maranhão*, Estado que se apresentava às autoridades como solução para o problema agrário regional, possibilitando minimizar o desemprego estrutural *nordestino através de um racional* aproveitamento das terras ali existentes. O autor enumera as diversas tentativas de colonização englobando a ação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e a atuação da SUDENE, através de seus planos-diretores. São enfocadas todas as etapas de cada projeto de colonização, os objetivos, os insucessos, a insuficiência de recursos etc. Destaque especial é feito ao projeto desenvolvido pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), criada em 1972 e que recebeu 939 mil hectares para realizar um programa de colonização. Este culminou com a ocupação da área por parte de colonos que agiram espontaneamente, sem nenhum vínculo com o Projeto.

* Professor do Departamento de Economia da UFPB.

1. INTRODUÇÃO

Embora a imigração para o Maranhão tenha sido iniciada a partir dos anos trinta, ela permaneceu até os anos cinqüenta sem sofrer uma intervenção efetiva do Governo Federal.[1] A preocupação governamental com a colonização do Maranhão data do governo Kubitscheck (1956/60). Nesse governo são realizadas algumas viagens de inspeção para observar o processo de povoamento ao longo dos eixos rodoviários,[2] é iniciada uma experiência de colonização e reforma agrária em terras da Arquidiocese de São Luís,[3] é instalado o Núcleo Colonial de Barra do Corda e com a instalação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a colonização do Maranhão passa a ser tratada como um elemento da política de desenvolvimento regional.[4]

---

1. Em 1942, foi criada a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (Decreto-Lei n. 10.325, de 27.08.1942, no município de Barra do Corda, numa área de 370 mil hectares doados pelo Governo do Estado do Maranhão. Porém, em virtude de falta de uma infra-estrutura e de recursos, a CANM regrediu, isto é, os colonos reproduziram os mesmos processos produtivos a que estavam acostumados nas suas áreas de origem e, dado o isolamento, ficaram em situação bem mais precária. O insucesso da colônia é bem caracterizado nas seguintes palavras: "*. . . o que existia e o que, de certa forma ainda persiste em Barra do Corda, somente poderia ser considerado um povoamento, Populações flutuantes e mobilidade dos indivíduos, tanto dentro da área do núcleo como para fora dela são os traços marcantes dessa unidade*". Cf. CUNHA, Alarico et alii. **Barra do Corda**: uma experiência de Colonização. Rio de Janeiro, INIC, 1959. p. 61, (Série Colonização, 2). Seguindo recomendação do I Encontro dos Bispos do Nordeste, o Presidente Kubitscheck, pelo Decreto n. 39.282, de 01.06.56, determinava a criação de um núcleo colonial no vale do Mearim. Este núcleo foi instalado em substituição à antiga Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

2. RANGEL, Ignácio. Povoamento dos eixos rodoviários. In: **A Questão agrária brasileira**. Recife, CONDEPE. 1962. pp. 77-106.

3. **II Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1959. pp. 70-3.

4. GTDN. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife, SUDENE, 1967.

Do ponto de vista governamental, a colonização do Maranhão era tida como uma forma de equacionar o problema do desemprego estrutural existente na agricultura nordestina. Donde a necessidade de intensificar os fluxos migratórios para a área através do melhoramento das condições de acolhida e da instalação de uma infra-estrutura produtiva de tal forma que tornasse mais atrativo o grande móvel das migrações para o Maranhão, a existência de terras devolutas.[5]

Por outro lado, a colonização maranhense era considerada como um meio de solucionar o problema agrário regional de forma progressista, à medida que abriria uma fissura na rígida estrutura monopolista da propriedade fundiária. Ao ampliar a capacidade de absorção dos fluxos migratórios pelo provimento de uma infra-estrutura viária e de comercialização da produção na região da fronteira agrícola, no dizer de Ignácio Rangel, o *"Estado estará ao mesmo tempo evitando que o problema econômico do latifúndio se torne agudo e obrigue a soluções de caráter revolucionário, e preparando o advento de transições graduais e progressistas na própria área do latifúndio".*[6]

Com o GTDN o processo de colonização maranhense é enquadrado no processo mais geral, a saber, o do desenvolvimento regional.

2. O GTDN E A ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO

A política de desenvolvimento do Nordeste, concebida pelo GTDN, compreendia quatro grandes linhas de ação: a) industrialização do Nordeste tida como a única saída de superação da desigualdade de renda em relação ao Centro-Sul;[7] b) reorganização da economia da região semi-árida a fim de torná-la mais resistente às secas periódicas;[8] c) racionalização da economia açucareira, objetivando o aumento da produtividade e a liberação de certas áreas para a produção de alimentos;[9] d) colonização de terras desocupadas no Maranhão e em Goiás.[10] Segundo o espírito do documento elaborado

---

5. RANGEL, Ignácio. op. cit. p. 92.
6. Idem, p. 92.
7. GTDN, op. cit. p. 51.
8. Idem, pp. 74-5.
9. Idem, p. 89.
10. Idem, pp. 81-3.

pelo GTDN, essas quatro diretrizes são de tal forma interdependentes que o sucesso de uma delas dependeria do sucesso de cada uma das outras.[11]

Qual o papel da colonização maranhense nesta estratégia de desenvolvimento? A colonização desempenharia dupla função: Em primeiro lugar, absorver o excedente da população rural resultante da reorganização da agricultura da região semi-árida. A organização agrícola dessa região compreende 3 tipos distintos de atividades: a criação extensiva ligada à grande propriedade, a produção do algodão, cultivado em parceria, e a agricultura de subsistência, explorada pelos pequenos proprietários etc. Quando ocorre uma seca, a atividade atingida em primeiro lugar e com mais intensidade é a de lavoura de subsistência em virtude de sua maior necessidade de chuvas e da inexistência de acumulação. Como a esta atividade de subsistência está ligada mais da metade da força de trabalho agrícola do Nordeste (58%), compreende-se que a seca é muito mais uma calamidade social do que uma catástrofe econômica.[12] Para tornar a economia da região semi-árida mais resistente às secas periódicas, fazia-se necessário, de um lado, reduzir a atividade de subsistência, e, de outro lado, fortalecer a atividade criatória o que traria conseqüências sobre as relações de trabalho na produção do algodão. Como o objetivo dessa reorganização "é eliminar progressivamente a atividade de subsistência, infere-se que a massa de população a reter na região terá de ser substancialmente reduzida".[13] Este excedente criado pela reorganização da economia semi-árida seria absorvido pela colonização das terras devolutas do Maranhão e Goiás.

Em segundo lugar, aumentar a oferta de alimentos. Uma vez que a industrialização foi apontada como a única saída para a resolução do problema regional, conforme os cânones da escola cepalina,[14] o sucesso dessa política estaria dependendo, entre outros fatores, da manutenção dos baixos níveis salariais, uma vez que os menores custos relativos da mão-de-obra regional seriam um elemento decisivo para tornar os produtos industriais nordestinos competitivos em relação aos produzidos no Centro-Sul.[15]

---

11. MOREIRA, I. T. **Algumas reflexões sobre o problema nordestino à luz do GTDN**. Recife, CME/PIMES, pp. 15-7.

12. GTDN, op. cit. pp. 64-5.

13. Idem, p. 75.

14. CEPAL. **El pensamiento de la CEPAL**. Santiago do Chile, Editorial Universitário, 1969. p. 16.

15. GTDN, op. cit. pp. 57-9.

Porém, para manter baixos os níveis salariais do Nordeste era preciso que fosse elevada a oferta regional de alimentos, a fim de não aumentar o custo de reprodução da força de trabalho. Dada a escassez de terras e de água, a oferta de alimentos só poderia ser ampliada pela racionalização da agricultura da região canavieira ou pela expansão da fronteira agrícola regional, isto é, pela incorporação das áreas desocupadas do Maranhão. Daí a afirmação do GTDN: "*. . . o primeiro objetivo de um plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina, visando um uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água, constitui um pré-requisito da industrialização*".[16]

Em virtude das precárias condições de vida existentes na região da fronteira agrícola maranhense (isolamento, doenças (tracoma, malária, verminose, lepra etc.) falta de escolas, de serviços de saúde etc.), o GTDN lembrava a necessidade de se proceder a um melhoramento dessas condições para que os colonos não regredissem a um padrão de vida ainda inferior aos reinantes nas suas áreas de origem. Seria necessário, também, assegurar as condições de comercialização do produto. Isto é, de um lado, integrar fisicamente pela construção de estradas o Oeste maranhense ao restante do país, para facilitar o escoamento da produção agrícola, e, de outro lado, eliminar a dominação do capital mercantil sobre a produção dos colonos pelo estabelecimento de um canal de comercialização que ligasse diretamente o produtor aos mercados consumidores. A esse respeito afirma o GTDN: "*A etapa de comercialização assume importância básica para qualquer plano de colonização deste tipo. Se não se organizam os canais de escoamento e não se asseguram os mercados, a tendência será para a involução a um mero sistema de subsistência. A colonização assume, portanto, o caráter de incorporação de mão-de-obra e de terras num sistema econômico mais amplo, incorporação essa que pressupõe vinculação a mercados consumidores*".[17]

3. A SUDENE E A COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO

Essa diretriz do GTDN foi assumida pelo I Plano-Diretor da SUDENE, ressaltando que a "*política de colonização a ser adotada nada mais é que um prolongamento das atuais migrações intra-regionais no sentido rural-rural, objetivando a intensificação desses fluxos*".[18] Como o GTDN, o I

---

16. GTDN, op. cit. pp. 60-9.

17. Idem, p. 70.

18. SUDENE, I Plano-Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, Recife, 1960, p. 254.

Plano-Diretor alertava também para a necessidade da *"vinculação real das populações transferidas à economia do Nordeste, de modo que o povoamento não signifique mera transferência da economia de subsistência"*.[19]

Se bem que a SUDENE tenha incorporado a colonização do Maranhão aos seus diversos planos-diretores, o desenvolvimento desse projeto de colonização oficial não se processou de forma contínua, podendo-se identificar três etapas bem definidas de aplicação.

3.1. O I PLANO E O PROJETO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO

Durante o período de vigência do I Plano-Diretor foi elaborado o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM). Em 1962, inicia-se a implantação do PPM em uma área de 3 milhões de hectares localizados no Noroeste do Maranhão, na região pré-amazônica.

3.1.1. Características da Colonização

O projeto considerava a família como a unidade econômica e social básica, utilizando fundamentalmente a mão-de-obra familiar na produção agrícola. A cada família seria distribuído um lote de 50 ha, cujo título de posse só seria auferido após 6 anos, quando toda a área estivesse sendo explorada. Cada conjunto de cinqüenta lotes formaria um núcleo circular com uma área de 2,5 mil ha dos quais 700 seriam conservados como reserva florestal. Cada grupo de 7 núcleos formando um subdistrito (veja Figura 1).

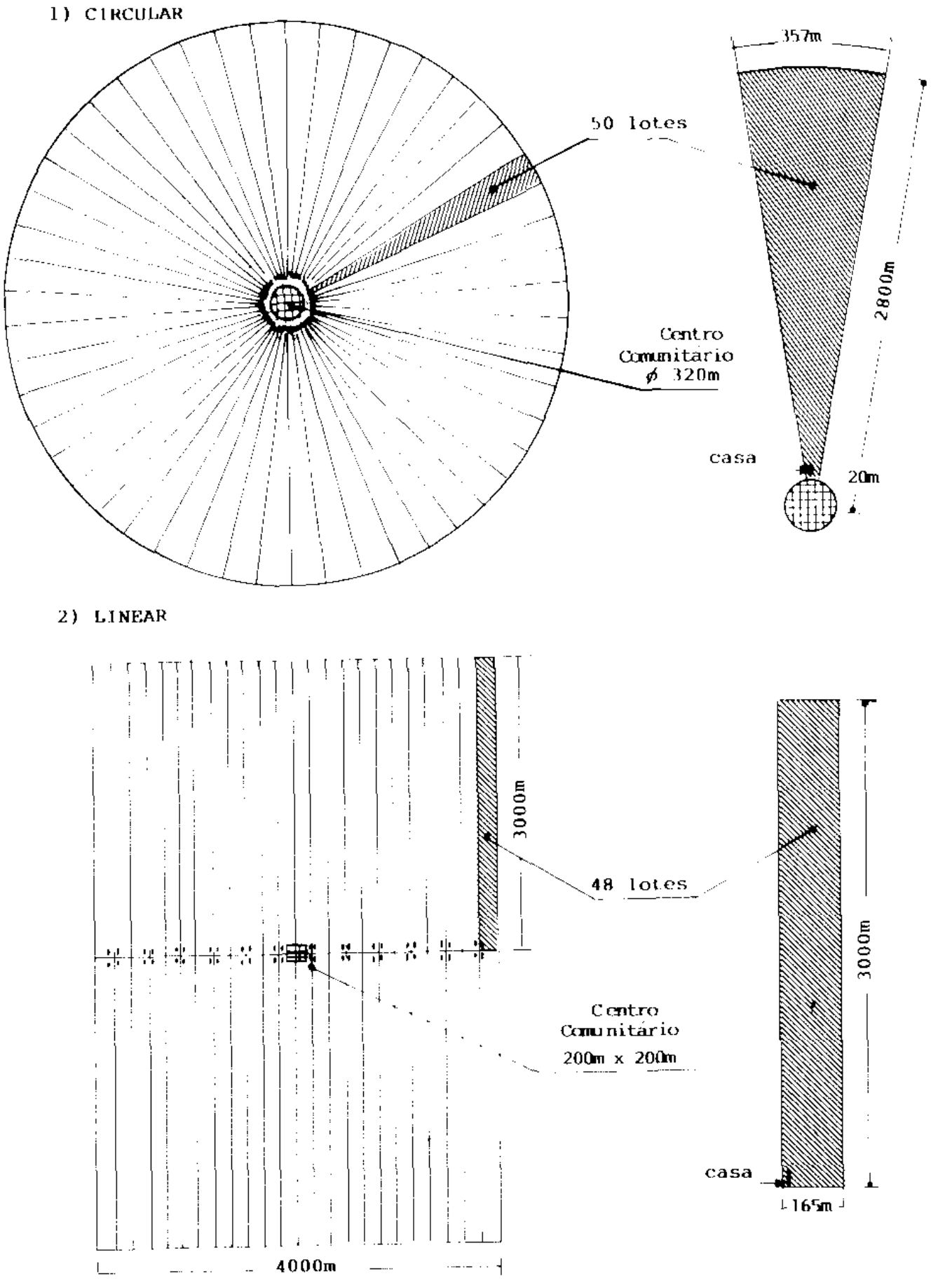
A atividade econômica de cada grupo familiar compreenderia a agricultura de subsistência (feijão, milho, mandioca), a agricultura comercial (arroz, algodão, gergelim, pimenta-do-reino), a pecuária bovina e suína além do extrativismo vegetal (o babaçu).

Os colonos receberiam da SUDENE assistência técnica quanto aos tipos de cultura que deveriam ser explorados (arroz, algodão, gergelim, feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino etc.) e quanto às técnicas agrícolas que deveriam ser utilizadas a fim de não degradar o solo (desmatamento mecânico, aproveitamento da madeira, utilização de tratores e arados, adubação do solo, sistema de pousio etc.).

---

19. SUDENE, I Plano-Diretor de Desenvolvimento do Nordeste. Recife, 1960, p. 257.

Colone: lotes dos colonos



A comercialização do produto seria realizada pela cooperativa, evitando a ação dos intermediários. À cooperativa também caberia o abastecimento de gêneros para o consumo familiar, o fornecimento de meios de produção e a manutenção dos serviços comunitários.

A integração vertical da colônia seria realizada pela implementação de pequenas unidades industriais de aproveitamento e beneficiamento das matérias-primas produzidas localmente: serrarias, olarias, usinas de beneficiamento de arroz, usinas de beneficiamento de mandioca etc.

3.1.2. **Objetivos e Metas**

O PPM tinha como objetivos: a) incrementar, pela expansão da fronteira agrícola regional, a oferta de alimentos e a de matérias-primas; b) absorver uma parte do excedente da força de trabalho rural; e c) evitar a exploração predatória dos recursos da hiléia amazônica.

Era previsto o assentamento de 25.000 famílias no período de 5 anos, sendo que 6.500 seriam instaladas nos 3 primeiros anos.

3.1.3. **Realização e Fracassos**

A ação da SUDENE centrou-se nas localidades de Zé Doca e Nova Olinda, ambas situadas nas margens da BR-316. Foram transportadas para essas 2 áreas mil famílias a um custo de U$ 18.000 dólares por família. Após dois anos de implantado, o projeto foi considerado um fracasso, com os colonos praticando uma economia de subsistência.[20]

Esse insucesso inicial foi atribuído à falta de conhecimento prévio das potencialidades físicas da área,[21] às deficiências de infra-estrutura viária e de canais de comercialização[22] e à falta de recursos financeiros suficientes.[23]

---

20. KATZMAN, Martin. **Cities and frontiers in Brazil: Regional Dimensions of economic development**. Cambridge, Havard University Press, 1977. pp. 78-9.

21. GIPM. **Relatório de Atividade – 1964**. SUDENE, Recife, 1965. p. 4.

22. JATOBÁ, Jorge. **Dinâmica Demográfia e econômica da pré-amazônia maranhense**: a fronteira de recursos e o Programa de Colonização do Alto Turi. Recife, CME/PIMES, 1978, p. 5.

23. ANDRADE, Gilberto Osório. **O Projeto de Colonização do Alto Turi**.

Diante dessas dificuldades, já no período de vigência do II Plano-Diretor, foi criado o Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM). Em relatório de visita à área do projeto, o GIPM ressaltava que *"na verdade, todos os impasses surgidos à execução do projeto, resultaram da natureza da área escolhida, não das dificuldades operacionais, que foram previstas, embora de maneira parcial, mas da sua 'natureza amazônica' que não foi levada em consideração"*.[24] Em vista disso o Grupo sugeria que se procedesse ao estudo dos recursos naturais da área e a sua potencialidade, como meio de garantir o sucesso do projeto. Destacava também a importância da colonização do Oeste maranhense que deveria "transformar-se num laboratório amazônico, colhendo dados e informações sobre o meio e o homem com o que se fará, então, o planejamento em larga escala" da ocupação da amazônia brasileira.[25]

3.2. PERÍODO DO III E IV PLANOS-DIRETORES: ESTUDOS E HIBERNAÇÃO

As sugestões e preocupações do GIPM determinaram a orientação seguida pelos III e IV Planos-Diretores. De um programa arrojado de colonização, o Projeto de Povoamento do Maranhão passou a ser considerado como um projeto experimental, dando-se ênfase sobretudo aos levantamentos e estudos dos recursos naturais e humanos da área. Essa mudança de perspectiva é bem clara na formulação do objetivo do programa de acordo com o II Plano-Diretor: *"O programa tem como objetivo* **o estudo da viabilidade de fixação dos contingentes populacionais** (grifo nosso) *que para ali se deslocam mediante o estabelecimento de uma economia estável, com relativo grau de integração"*.[26] Para atingir esse objetivo seriam realizados levantamentos do tipo de solo, água, clima e vegetação, bem como seriam implantados núcleos-pilotos cujo comportamento serviria de base para a ampliação do projeto de colonização.

Durante esse período foram implantados campos experimentais, centros de saúde e escolas, foram abertas estradas secundárias perpendiculares à BR-316, executou-se o levantamento aerofotogramétrico de 3.000 km^2,

---

24. GIPM. **Relatório de visita do Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão**. Recife, SUDENE, 1965. p. 3.

25. *Idem*, p. 6.

26. SUDENE. **II Plano-Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife, 1966. cap. 10, item 3.

procedeu-se a levantamentos climáticos, hidrográficos, geológicos e florestais, foi realizada uma pesquisa sócio-exploratória sobre a área.[27]

Enquanto a SUDENE colhia dados e se preparava para realizar a colonização do Oeste maranhense, intensificaram-se os fluxos migratórios "espontâneos" e a ação dos grileiros, com a conseqüente formação de latifúndios pecuaristas. Segundo D'Apote, em 1970, havia na área reservada para o Projeto de Povoamento do Maranhão, que recebera a denominação de Projeto de Colonização do Alto Turi, cerca de 12 mil famílias (o que vale dizer 60 mil pessoas) das quais apenas mil famílias foram instaladas pela SUDENE. Das 11 mil restantes, três mil ocupavam áreas com tendências à formação de latifúndios e as outras 8 mil cultivavam uma agricultura seminômade, voltada principalmente para a produção de subsistência.[28]

3.3. A COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NORDESTE (COLONE)

A partir de 1969, com o apoio financeiro do Banco Mundial e do Governo Britânico, foi reavaliado e reelaborado o programa de colonização. Modificou-se a estrutura administrativa do projeto. A sua execução foi entregue a uma empresa mista, a Companhia de Colonização do Maranhão, subsidiária da própria SUDENE. Criada em 1972, a COLONE recebeu 939 mil hectares para realizar o programa de colonização, em lugar dos 3 milhões de hectares doados ao antigo Programa de Povoamento do Maranhão. As dificuldades, porém, continuaram e se avolumaram, agora decorrentes não só da deficiência e atraso na liberação de verbas, do desconhecimento da área, mas também da ocupação de terras tanto por pequenos posseiros quanto por grileiros e latifundiários.

Entre as principais dificuldades para a implantação do projeto, a COLONE enumera:

a) **Falta de recursos, como expressão da falta de apoio governamental.** Segundo relatório da Companhia, *"o que concretizou em termos financeiros o período da administração do PCAT (Projeto de Colonização do Alto Turi) pela COLONE foram os insuficientes e permanentes atrasados aportes de recursos necessários à consecução das*

---

27. ANDRADE, Gilberto Osório. op. cit. pp. 40-5.

28. D'APOTE, Vicenzo. **Bases para una política de reforma y colonización en el Nordeste del Brasil**. SUDENE, Recife, 1970. (Informe preliminar).

metas previstas". Em média, depois de 1973, apenas um terço dos recursos previstos na programação foram efetivamente obtidos. Dessa falta de recursos resultaram a não-realização dos cronogramas e o atraso das obras de infra-estrutura necessárias ao bom desenvolvimento do projeto, implicando a deterioriza ção dos assentamentos efetuados. Isto fica bem evidenciado ao se constatar que em 1978 apenas 2.200 famílias tinham sido localizadas pela SUDENE, e destas só 500 estavam assentadas segundo o "modelo econômico" do projeto, explorando os cultivos de subsistência, pecuária (34 ha dos 50 ha do lote) e uma cultura permanente (normalmente a pimenta do reino). As outras famílias dedicavam-se, exclusivamente, ao cultivo do arroz e de produtos de subsistência.[29]

b) **Avanço da ocupação espontânea**. À medida que atrasa a execução do cronograma de assentamento de colonos, segundo o "modelo econômico", pela deficiência dos recursos financeiros, a ocupação espontânea avança na área do projeto. Dos 939 mil hectares sob a gerência da COLONE apenas 154 mil, em 1978, estavam sendo ocupados pelos núcleos de colonização. Verifica-se, no restante da área, um processo de ocupação, tanto por pequenos posseiros que se dedicam ao cultivo do arroz segundo o padrão já caracterizado como de "agricultura seminômade", quanto por grileiros e pecuaristas que se apossam da terra pelos métodos os mais diversos (desde a compra, até a violência armada). Dessa ocupação "espontânea" resulta, de um lado, a luta pela posse da terra tendo quase sempre como resultado a expulsão do pequeno posseiro e de sua lavoura pelo grande posseiro latifundiário e seu gado, e, de outro lado, um alto grau de concentração da propriedade fundiária.[30]

O insucesso do projeto de colonização do Maranhão é manifesto pelo fato de a SUDENE só ter conseguido instalar, durante todo esse período, um número insignificante de famílias, conforme os padrões econômicos previstos nos sucessivos planos e projetos de colonização.

---

29. RELATÓRIO DA COLONE, São Luís, 1978, (mimeog.) p. 6.

30. a) 31% das posses tem até 2 ha e detém 1% da área ocupada; b) 53% tem entre 3 e 40 ha com 19% da área; c) 5% tem uma área de 40 a 50 ha e detém 8% da área; d) 10% das posses estão incluídos na classe de 50 a 400 ha com 48% da área; e) 1% das posses tem mais de 400 ha e 34% da área. Cf. Relatório COLONE, pp. 4-5.

Se em termos quantitativos esse insucesso se manifesta já bastante expressivo, ele se mostra muito mais gritante quando se olha para as condições de vida extremamente precárias em que estão mergulhados os colonos não-enquadrados pela SUDENE. Quanto mais distantes dos núcleos da SUDENE se instalam esses colonos, mais absoluta torna-se a ausência de infra-estrutura de estradas e de comercialização. Acentua-se também a *"deficiência no provimento dos serviços de saúde e educação, tendo os colonos que se deslocarem muitos quilômetros para atingir os postos de saúde e hospital, este último com localização em Zé Doca"*.[31] Como a única fonte de renda monetária é a venda de arroz, cuja produção e comercialização se dão em condições bastante precárias, em alguns casos, complementada pela venda de babaçu, pode-se perfeitamente imaginar quão baixo é o nível de vida desses colonos. Esse padrão de vida torna-se ainda mais agudo, dada a instabilidade em que se encontra submetido o colono. Instabilidade determinada, de um lado, pela expansão da pecuária que, à medida que avança, vai expulsando os colonos e, de outro lado, pelas condições físicas do solo que, por não ser devidamente tratado, torna-se improdutivo em dois anos de exploração.

Resta inquerir se o insucesso do Projeto de Colonização do Alto Turi, um dos maiores projetos de colonização para agricultores de baixa renda do país, é um fenômeno acidental ou se faz parte da própria lógica da expansão capitalista na agricultura.

4. PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO TURI: INSUCESSO ACIDENTAL OU ESTRUTURAL

Vale lembrar que a escassez de recursos e o insucesso não são características próprias do PCAT mas que se tornaram uma característica dos projetos de colonização oficial para agricultores de baixa renda. Foi exatamente a falta de recursos para implantar e impulsionar os projetos de colonização em Mato Grosso e Goiás, a partir da década de 40, que determinou a regressão e o abandono daqueles centros de colonização.[32] Da mesma maneira

---

31. JATOBÁ, Jorge. op. cit. p. 7. Segundo documento da SUDENE, 70% da população era acometida de malária, 50% de tracoma, 100% de parasitas intestinais, havendo também uma incidência acentuada de tuberculose, bouba, lepra, doenças venéreas, etc. Cf. SUDENE. Projeto de Povoamento do Maranhão, Recife, 1962, vol. 3, pp. 316-18. Segundo Gilberto Osório de Andrade, em 1971, no hospital de Zé Doca foram atendidos 942 casos de tuberculose. Cf. ANDRADE, op. cit. p. 42.

32. KELLER, E. C. de Sousa & MAGNANINI, R. L. da Cruz. População. In: IBGE. Geografia do Brasil: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, 1977, pp. 168-74.

a pouca significação econômica e social dos programas de colonização ao longo da transamazônica deve ser atribuído muito mais ao insuficiente apoio governamental à produção e comercialização da produção do que à incapacidade dos colonos em ocupar produtivamente a área.[33] É também pela falta de recursos que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tenta explicar a ocupação desordenada, predatória e violenta que se verifica nos projetos de colonização em Rondônia.[34] Sendo o insucesso uma marca comum a todos os projetos de colonização para agricultores de baixa renda já efetuados pelo Brasil, deve-se concluir que o fracasso até o presente do PCAT não é acidental.

À falta de recursos e ao insucesso desses projetos de colonização contrasta:

a) O sucesso dos projetos de colonização executados pela iniciativa privada e mesmo governamental no Noroeste paranaense (já bastante decantada como a mais bem sucedida experiência de colonização realizada no Brasil,[35] no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul,[36] e, mais recentemente, na microrregião Norte Matrogrossense.[37] Todos esses projetos se destinavam à implantação de propriedades pequenas e médias (eventualmente grandes) produzindo diretamente para o mercado e pressupondo algum nível de acumulação. Isto é, são projetos de colonização inseridos em áreas de frente de expansão capitalista.

---

33. WOOD, Charles & SCHMINK, Marianne. Blaming the victim: small farm production in an Amazon Colonization Project. Washington D. C. 1978, *mimeo*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da American Association for the Advancement of Science.

34. AGUIAR, Geraldo & JATOBÁ, Jorge. Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola. Recife, CME/PIMES, Relatório de Pesquisa n. 2. 1978, pp. 60-4.

35. GRAHAM, D. & HOLLANDA, S. Buarque de. **Migration, Regional and Urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record** – 1872/1970. São Paulo, IPE/USP 1971, v. 1, pp. 81-9.

36. SANDERS, John. **Agricultural development of the brazilian frontier: southern Mato Grosso**. Minnesota University, Minnesota, 1975. pp. 54-69.

37. MOREIRA, Ivan T. & OSÓRIO, Carlos. **Migrações internas e desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, CME/PIMES. 1978. pp. 100-105.

b) A ocupação do espaço amazônico pelas grandes empresas que, com o apoio financeiro, político e policial dos diversos órgãos governamentais, desenvolvem grandes projetos pecuaristas. Esse processo de ocupação, denominado de frente de expansão capitalista monopolista, tem determinado o fechamento da fronteira ao pequeno produtor.

Desse confronto, somos levados a concluir pela impossibilidade de sucesso de um projeto de colonização que vise o assentamento de colonos de baixa renda. Alguns chegam mesmo a apelar, como argumento de apoio, para o baixo nível cultural do agricultor. É uma conclusão que permanece a nível do fenômeno sem questionar as causas determinantes dessa aparente impossibilidade. Em busca dos fatores explicativos do insucesso do PCAT, podem-se apresentar os seguintes argumentos:

4.1. O GTDN, UMA VISÃO SIMPLISTA

Como já ficou evidenciado, a colonização do Maranhão tinha objetivos bem específicos: absorver os excedentes de população e reduzir os custos de reprodução da força de trabalho urbano. Dessa maneira, a colonização viria a desempenhar uma função bem específica dentro do grande objetivo, embora não explícito, de possibilitar e fortalecer o processo de acumulação capitalista no Nordeste.[38]

O GTDN pode ser considerado como uma visão simplista do problema regional sob os seguintes aspectos:

a) Em primeiro lugar, porque não vinculava o processo de acumulação de capital no Nordeste ao que se processava no Brasil, e que iria determinando a integração do Nordeste como região periférica ao centro hegemônico da economia nacional, processo esse viabilizado pelos arranjos institucionais sob a tutela do Estado.[39]

---

38. Sendo elaborado em período de grande agitação social, o documento do GTDN mascarou o seu verdadeiro objetivo, de um lado para não ferir os interesses da velha oligarquia uma vez que dependia dos votos dos senadores e deputados ligados aos proprietários rurais para a aprovação das suas conclusões, e, de outro lado, para não acirrar os ânimos dos diversos movimentos de contestação, sobretudo dos camponeses.

39. OLIVEIRA, F. **A Economia brasileira**. Crítica à razão dualista. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Seleção CEBRAP, 1).

b) Ao Estado viabilizador do processo de concentração e centralização do capital no Centro-Sul do país, a esse mesmo Estado o GTDN atribuía um papel de destaque na execução das estratégias de desenvolvimento por ele apontadas. Sendo o Estado brasileiro de natureza capitalista, a sua ação teria que favorecer o processo de integração da economia nacional sob o comando do capital industrial e financeiro.

c) Por acreditar possível uma reestruturação da economia regional sem mudanças substanciais na própria natureza do Estado. Acreditar na possibilidade em uma sociedade que tem na propriedade privada da terra um dos elementos básicos de estratificação, de uma mudança na estrutura fundiária sem mudanças na estrutura do poder é, no mínimo, ser simplista.

Se os planos da SUDENE, elaborados a partir do GTDN, apresentam a mesma dubiedade e a mesma visão simplista, a sua ação, no entanto, orienta-se para os interesses do capital, daí por que os programas que tiveram sucesso foram exatamente aqueles que se situam na estratégia de expansão capitalista pela integração da economia nordestina aos interesses de valorização do capital industrial e financeiro: ampliação do parque industrial regional pela sua integração ao capital sulista, no mais das vezes preposto do capital multinacional; fortalecimento da atividade monocultora do açúcar pelos incentivos à intensificação do capital, resultando no processo de proletarização e desruralização do trabalhador agrícola e, conseqüentemente, expulsão do campo; incentivo à expansão da pecuária reduzindo gradualmente as áreas de lavoura de subsistência; e ampliação da infra-estrutura viária regional permitindo a integração física da região com o restante do país. Os programas que diziam respeito às modificações estruturais da economia nordestina foram pouco a pouco se esvaziando: programa de reorganização da agricultura canavieira, projeto de colonização do Maranhão etc.

4.2. A PENETRAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

À medida que se processava a integração da economia nacional, consolidava-se a dominação do modo de produção capitalista sobre vários sistemas de organização agrária até então vigentes no Nordeste. Quanto à dominação do capital sobre as atividades agrícolas, ela se deu de formas diversas segundo os diferentes sistemas de organização agrária. Na atividade açucareira, ela se realizou pela intensificação da mecanização do processo produtivo e pela ampliação das relações de produção capitalistas, cuja expressão maior de ex-

ploração é a figura do trabalhador temporário – o bóia-fria. Nas atividades da policultura e criação, ela ocorreu pelo aumento da força de trabalho ligada às atividades de subsistência e minifundização da propriedade e pela expansão da pecuária com o aumento do grau de monopólio da propriedade da terra, contribuindo os dois fenômenos para o processo de expulsão do trabalhador rural. Nas áreas de expansão da fronteira agrícola, a dominação do capital se manifesta pela expropriação do produtor direto de dupla maneira: expropriação via comercialização do produto quando o capital mercantil e/ou industrial se apropria de uma parcela do trabalho familiar; e expropriação dos meios de produção, vale dizer da terra, visando a ampliação das áreas de latifúndio para expansão da pecuária.

Dessas diferentes maneiras de dominação do capital tem-se como resultado: A criação continuada de uma excedente força de trabalho rural que se vê obrigada a migrar, reforçando os fluxos migratórios tanto os de destino urbano quanto os de destino rural. Mesmo que a SUDENE tivesse logrado êxito em relação aos projetos iniciais, este êxito teria sido comprometido pela renovação dos fluxos migratórios para a área. O fechamento da fronteira ao pequeno produtor pela frente de expansão capitalista monopolista. À medida que avança, essa frente, vai por todos os meios legais e ilegais, apropriando-se da terra.

Dados os efeitos dessa penetração capitalista na agricultura – proletarização do trabalhador rural e monopolização da propriedade fundiária – é difícil imaginar o sucesso de algum projeto de colonização visando o assentamento de pequenos produtores não só porque os fluxos migratórios estariam sendo renovados, mas, também, e o que é mais importante, pelo fato de que mais cedo ou mais tarde as áreas de colonização tenderiam a ser absorvidas pelo latifúndio em expansão.

4.3. A POLÍTICA AGRÁRIA GOVERNAMENTAL

Não existe uma política agrícola que vise a reestruturação do espaço agrário nas áreas já estratificadas (apesar da existência de leis – Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra – e da criação de órgãos governamentais para a execução dessas leis – INCRA) e a ocupação dos espaços

"vazios" baseada na pequena propriedade voltada para o abastecimento do mercado interno.[40] Na verdade, mesmo os programas criados especificamente com essa finalidade, como o PIN e o PROTERRA, tornaram-se veículos fortalecedores da grande propriedade e tiveram seus recursos desviados para outros setores da economia.[41]

E isto não é tudo. A visão **imediatista** do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), baseada fundamentalmente no critério de eficácia econômica, tem levado ao fechamento da fronteira agrícola para o trabalhador, recriando aí o mesmo padrão distributivo da propriedade fundiária responsável pela criação e manutenção do estado de miséria em que se encontram jogados, historicamente, os trabalhadores rurais. Para mudar a estratégia de ocupação entre o I PND (que havia incorporado o PIN) e o II PND, lançou-se mão do argumento de que a pequena exploração agrícola é destruidora do equilíbrio ecológico e exaustora dos recursos naturais. Argumento que, "esquecendo" o caráter fisiofágico do capitalismo, mascara a causa determinante do processo de esgotamento dos recursos e lança sobre os posseiros e pequenos colonos a culpa que cabe à grande empresa capitalista que aí se instala beneficiando-se dos recursos públicos.

Portanto, da conjugação de todos esses fatores, o Projeto de Colonização do Alto Turi vem, gradativamente, frustrando o sonho daqueles que o concebiam como um grande laboratório amazônico que iria ditar as regras de ocupação, em larga escala, da Amazônia Brasileira.

---

40. Em relatório, técnicos da SUDENE reconhecem que a "não-implementação e agilização dos projetos de colonização se deva, na verdade, única e exclusivamente, ao Governo não ter dado real prioridade a esse tipo de Programa". Cf. SUDENE. Problemática do Projeto de Colonização do Alto Turi, um "approach" estrutural. Recife, 1975, pp. 2-7.

41. GOODMAN, David. Expansão da fronteira e colonização rural; recente política de desenvolvimento do Centro-Oeste do Brasil. In: BAER, W. et alii. Dimensões do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1978 pp. 322-4; SAMPAIO, Yony et alii. Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados. Recife, CME/PIMES, 1978. p. 284.

ABSTRACT: This work presents a historical synthesis of the Northeast colonization, planned by the Federal Administration and put into effect from 1962, with Maranhão Settling Project, a State which appeared to the authorities as a solution to the regional agrarian problem, making it possible the minimization of the structural unemployment of the Northeast through a rational utilization of the lands existing there. The writer of the present, mentions the several attempts for colonization embracing the action of the Working Team for the Development of the Northeast and the SUDENE'S performance, through its Pilot Plans put into practice failing constantly. Ivan Targino focalizes every stage of each colonization plan, starting from their aims through the failure, which are observed under aspects relating to the planning and lack of resources. A special distinction is made to the plan developed by Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), which was founded in 1972, and received 939 thousand of hectares of land to carry out a colonization program which ended up with the occupation of the area on the part of the colonists that spontaneously acted with no link to the plan.